

**PROBLEMAS NO ENSINO DE COMPOSIÇÃO,
DERIVAÇÃO E PROCESSOS NÃO CONCATENATIVOS:
A NECESSIDADE DE UM ENSINO DE MORFOLOGIA
CRITERIOSO E PAUTADO NO USO**

Vítor de Moura Vivas (IFRJ)

vitorvivas@yahoo.com.br

Felipe da Silva Vital (UFRJ)

felipe.vital02@hotmail.com

Wallace Bezerra de Carvalho (UFRJ)

Carlos Alexandre Gonçalves (UFRJ)

Rômulo Andrade de Oliveira (UFRJ)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a maneira como a morfologia do português brasileiro é ensinada no ensino médio, tendo em vista processos não concatenativos e os limites entre a composição e a derivação. Para tanto, analisamos diferentes gramáticas de cunho tradicional, além de alguns livros didáticos utilizados no ensino escolar. Temos como objetivos encontrar alguns problemas no que concerne o ensino da morfologia nas escolas brasileiras e propor novas maneiras de encarar e ministrar aulas na área. Primeiramente analisamos como as gramáticas tradicionais lidam com a descrição da morfologia do português brasileiro, no que se refere aos, especialmente, processos não concatenativos e às características da composição e da derivação e, a partir disso, discutimos a abordagem dos livros didáticos sobre o mesmo assunto. Tendo isso em vista, discorreremos sobre os problemas nos tratamentos dados aos itens analisados a fim de oferecer propostas de melhorias ao que é feito atualmente.

1. Análise geral

Ao analisarmos as gramáticas tradicionais e livros didáticos, notamos uma série de problemas que podem originar dificuldades quando voltados ao ensino, particularmente para livros didáticos. Gramáticas de Cunha & Cintra (2013), Bechara (2009), Rocha Lima (2014), entre outros, além de livros didáticos como Abaurre (2008), Cereja & Magalhães (2013), entre outros, são analisados de forma a tornar o texto melhor embasado.

Durante a análise dos trabalhos acima citados, percebemos que, sistematicamente, questões problemáticas eram repetidas nas diferentes obras. Por conta dessa regularidade, abordamo-las de forma topicalizada, em que discorreremos sobre cada uma desses pontos. Primeiramente, dis-

cutimos os problemas causados pelo constante tradicionalismo nos textos, apelando para formas cristalizadas e sem espaço para inovações da língua.

Também analisamos a falta de hierarquia de critérios no que tange a descrição das formas linguísticas, ponto de confusão nos livros por conta de, por vezes, diferentes critérios serem usados para descrever uma forma, e em uma forma seguinte outros critérios serem os elencados, tornando a explicação confusa e algumas vezes falha. Em um terceiro momento tratamos da visão de língua como organismo estático, em que inovações linguísticas e seus contextos reais não são descritos, tomando como 'erro' aquilo que é inovador.

Posteriormente, analisamos a falta de problematização do tratamento e da relação das formas linguísticas com o falante, ou seja, é ignorado o uso do falante sobre tais formas. Por fim, discutimos a falta de relação do ensino da morfologia com o texto, tornando o ensino da morfologia um final em si, não prestando atenção na intenção de uso de certas formas linguísticas em detrimento de outras em diferentes textos e gêneros.

2. Tradicionalismo

O primeiro ponto a destacar é a abordagem tradicionalista adotada pelos teóricos. O foco é, evidentemente, o aprendizado mecânico dos conceitos. Os autores optam por exemplificar os conceitos através do que consideram o protótipo para a classe, e, para a lista de exercícios de fixação, atividades sem nenhuma preocupação com a língua (aqui, precisamente, a morfologia) no uso. Com isso, na exemplificação, tendem a se utilizar de elementos cristalizados e canônicos.

Neste artigo, entende-se que um exemplo cristalizado seja qualquer palavra que tenha nenhuma ou baixa recursividade, nem em contextos de produtividade morfológica, nem em contextos de criatividade morfológica, nos usos cotidianos da linguagem, e um dado é considerado, aqui, canônico, quando sua recorrência é regular ou alta no atual estágio da língua, mas seu estatuto morfológico é incontestável. Temos consciência que, por conta de diferentes propostas de gênero, esse critério não se mostra tão pesado quanto o é para livros didáticos.

Um dificultador da análise é que características prototípicas não são dadas, afixos e radicais são dados como categorias estanques. Na

apresentação da derivação, incansáveis listas de afixos gregos e latinos são dadas; prefixos são apresentados com funções adverbiais e preposicionais e sufixos apenas como formadores de diferentes classes gramaticais. Ignoram-se contextos, discurso e o âmbito semântico-pragmático. Dessa maneira, desconsidera-se o uso do falante sobre a língua; afixos produtivos na língua não são visualizados.

Na composição, há a apresentação de compostos justapostos e aglutinados, e os justapostos são descritos apenas como dois ou mais radicais consecutivos. Os autores estabelecem listas de afixos latinos e gregos, muitas vezes deslocados da interface morfologia/fonologia, sem explicar fenômenos de coarticulação, nem abordar contextos de uso. É também notável o uso de listas sobre os sufixos aumentativos e diminutivos, muitas vezes sem considerar a atitude do falante quando os usa, apenas considerando a ideia de dimensão física, principalmente para os sufixos canônicos (-ão e -(z)inho), também não é citada a produtividade dos afixos.

Os autores dão destaque a apenas dois tipos de formação de palavras, composição e derivação, por vezes esquecendo alguns e/ou tratando outros de forma superficial. Esse é o caso dos processos não concatenativos, postos de lado, por vezes em um apanhado chamado “Outros processos” que os descrevem em poucas linhas, quando a descrição é feita. Além da derivação e da composição, autores também mencionam, de forma rasa, a parassíntese, abreviação, hibridismos e siglagens, novamente sem colocar em contextos de uso.

Há também uma categoria genérica por vezes chamada 'neologismos', na qual diversos fenômenos que não conseguem ser explicados pela gramática tradicional são agrupados. Processos como cruzamentos vocabulares, como entendido em Andrade (2013) e Gonçalves (2012), seja por entranhamento (*namorido; paitrocínio; sorvetone*) ou truncamento (*caipifruta; funknejo*), truncamentos isolados (*salafrá = salafrário* ou *biju = bijuteria*), substituições sublexicais (*madrasta* \neq *boadrasta; macumba* \neq *boacumba*), além de fenômenos como *splinters* (*piri* em *pirigótica*; ou *lé* em *whiskylé*) ainda são esquecidos, ou, quando não esquecidos, não são tratados integralmente ou ainda de forma atrativa. As diversas novas produções científicas na área da morfologia são ignoradas e tais processos são descartados, ignorando o que acontece na forma sincrônica da língua.

Não são citados, por exemplo, processos como o da reduplicação,

em que segmentos são copiados da estrutura da base, seja inicial, final ou ocorra uma cópia completa da base. Estratégia comum no português brasileiro sincrônico, a reduplicação de verbos de maneira a formar substantivos com noções iterativas, em casos como *corre-corre* ou *esfrega-esfrega*, nem chegam a ser lembradas. Além disso, a reduplicação em hipocorísticos é também esquecida ou apenas citada, sem que uma explicação mínima seja proporcionada; a relação entre hipocorísticos e reduplicação não é apresentada.

3. Falta de hierarquia de critérios

Na categorização dos processos (composição e derivação) e dos formativos (radicais e afixos), a literatura costuma não seguir um padrão conceitual. Numa análise geral em relação à definição dos conteúdos, numa perspectiva de proposta reducionista de conteúdo, destacam-se (a) confusão total ou parcial entre os critérios semântico, fonológico e morfológico e (b) nivelamento equivocado de formativos e processos com graus de recursividade e produtividade distintos.

Um dos grandes problemas encontrados se dá na tentativa de ensino de uma morfologia apenas pela morfologia, sem considerar o uso. Isto acaba acarretando a separação profunda dos níveis fonológico, morfológico e semântico, fazendo parecer que lidamos com categorias totalmente desligadas, que apenas em pequenos momentos se encontram.

A outra observação que fazemos é a respeito do falso enquadramento de formativos (radicais e afixos) e processos (composição e derivação) com níveis de recursividade e produtividade distintos. A bem da verdade, a literatura escolar, com o enxugamento que faz em relação ao ensino de morfologia (de língua portuguesa, em geral), acaba por não dar atenção aos elementos morfológicos a partir de seu grau de relevância. A composição por justaposição é responsável por maior parte dos exemplos relativos ao fenômeno da composição do que a composição por aglutinação. A derivação sufixal é muito mais produtiva, de acordo com os próprios exemplos citados pelos autores, que a derivação prefixal; esta, por sua vez, é mais produtiva que as outras derivações e a composição por aglutinação.

4. *Língua como organismo estático*

Processos como o truncamento, descrito em Belchor (2009), são geralmente distribuídos ora em um processo genericamente chamado 'abreviação', sendo nesse grupo postos juntos de radicais clássicos ressemantizados sem diferenciação, como é vista em Cunha & Cintra (2013). Outras vezes, truncamentos são postos em casos de derivação regressiva, postos juntos a casos de reanálise estrutural, como 'sarampão' que se torna 'sarampo', e derivação deverbal, caso visto em Rocha Lima (2014); esses procedimentos acabam tornando a descrição confusa.

Notamos, no entanto, que, nas descrições desses processos, o papel do falante é minimamente percebido, por vezes por ser elicitado que são 'gírias', ou até é expresso o entendimento do falante sobre ressemantizações. Processos genéricos, como 'hibridismo', 'onomatopeia', 'braquissemia' são lembrados sem detalhamento. 'hipocorísticos' e 'siglagens' são também citados, porém, novamente, sem serem tratados de forma adequada.

Os elementos são descritos sempre como categorias estanques, nunca apresentando características prototípicas passíveis de falta de obediência, características essas que advogariam a uma competição entre flexão, derivação e composição. É problemático também quando afirmam que a derivação só é usada como estratégia de mudança de categoria gramatical, ignorando os significados lexicais que diversos sufixos apresentam, em que os afixos acabam ocupando posição nuclear na forma complexa e são tidos como determinados, enquanto os radicais tornam-se seus determinantes.

Assim, lançam mão de afixos em que a categorização se torna obscura, apresentando marcas nas quais é difícil acessar o significado lexical e tratam disso como se fosse um fenômeno universal. Dessa forma, a ideia de que somente radicais possuem significado acaba se estabelecendo, como visto novamente em Rocha Lima (2014, p. 259), em que listas de sufixos são dadas, apenas explicitando as mudanças de classes gramaticais:

- ADA (forma substantivos de substantivos) boiada, colherada, facada [...]
- AGEM (forma substantivos de substantivos) aprendizagem, estiagem, ferragem [...]
- AL (forma adjetivos e substantivos de substantivos) genial, mortal, pessoal; areal, arrozal [...]” (LIMA, 2014, p. 259)

Assim como nos radicais, não são apresentadas características fonológicas próprias nos afixos também, como, por exemplo, a recorrente não-ocorrência de acento lexical. Bechara é o único a citar fenômenos de mudança fonética na interação entre morfemas, e, mesmo com essa citação, os casos de alomorfa não ganham destaque.

5. Falta de problematização

Entendemos como falta de problematização o não apelo ao uso e à criatividade do falante no que se refere à descrição de formas linguísticas. Geralmente, as gramáticas tradicionais, e de forma menos recorrente, os livros didáticos, tendem a descrever processos e formas linguísticas como algo fora da realidade, em que contextos reais de uso não são considerados. A análise é feita a partir de palavras soltas, sem se considerar em que contexto e o porquê desse surgimento.

Além do citado, diversos fenômenos hoje produtivos no português brasileiro são esquecidos e tratados como processos marginais, de forma que a língua em uso não chega a ser descrita. Processos produtivos como truncamentos, cruzamentos vocabulares e reduplicações, tendências atuais acerca dos processos de formação são tratados com invisibilidade, além de, pelas definições canônicas, quase não serem reconhecidos como formação.

Não se enxergam os usos nem a criatividade do falante, sendo desconsiderados processos pragmáticos envolvidos na formação de palavras. No decorrer do texto, os autores se contradizem ao afirmarem que afixos também “são elementos que modificam geralmente de maneira precisa o sentido do radical a que se agregam”, não mencionando extensões metafóricas e polissemias.

Rocha Lima (2014), contudo, ainda cita processos semânticos envolvidos na formação de palavras, porém, ainda assim, não menciona uso e pragmática, além de fazer generalizações que acabam sendo problemáticas em alguns exemplos, como é possível perceber em excertos como “*Derivação* é o processo pelo qual de uma palavra se formam outras, por meio da agregação de certos elementos que lhe alteram o sentido – referido sempre, contudo, à significação da palavra primitiva” (LIMA, 2014, p. 250). Ainda assim, considera que “os sufixos, vazios de significação, têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical”. (LIMA, 2014, p. 259)

6. Falta de relação com o texto

É problemática a separação dos processos morfológicos e texto, de forma que as estratégias utilizadas pelos falantes ao formar palavras não parecem ter relação com produções textuais. A relação do texto com funções da formação de palavra fica quase que esquecida, de modo que o ensino de morfologia nas escolas acaba se voltando exclusivamente para o que acontece dentro da própria morfologia, sem relação com o uso da língua.

Torna-se notável como a morfologia pode tender a uma inclinação a constatações evidentes a nível do texto. Muitas vezes, este é usado como pretexto nos compêndios escolares acerca do assunto. O texto e a morfologia integram-se em aspectos tanto internos (referentes à morfologia), quanto externos (referentes aos limites morfologia – não morfologia).

Numa perspectiva morfológica, a função de mudança de categoria gramatical é proeminente. Ao lado do nível do morfológico, concorre o plano oracional, em que um adjetivo deixaria de exercer uma função marginal em prol de um núcleo nominal substantivo, a nível suboracional e se tornaria um advérbio, passando a funcionar como modificar de verbo, a nível oracional. A função sintática, portanto, atuaria no âmbito da morfologia e no âmbito da oração.

Acima do plano oracional, está o plano textual, no qual todas as informações morfossemânticas atingem o nível máximo de funcionalidade e significância. A *função sintática* – função pela qual se mudam as categorias das bases lexicais, geralmente através de sufixos derivacionais – acaba por desencadear o que se chama de *função textual* ou *coesiva*. Função através de que, por estratégias morfológicas de mudança de classe em função de readaptação morfossintática, ligam-se elementos constituintes do texto, por um processo de “coesão morfológica” e a fim de se evitar a redundância argumentativa pela repetição de palavras.

Como exemplo, podemos citar: “O presidente do Brasil *interrompeu* o discurso solene sobre a visita dos presidentes dos Estados Unidos, Colômbia, México, China, Japão, Venezuela, Alemanha e Chile para fazer uma brincadeira sobre futebol. “Mengão campeão do mundo 2016!!” – gritou o presidente. Os representantes estatais riram entre si, acanhadamente. A *interrupção* durou cerca de três minutos”. O sufixo “-ção” atuou, portanto, na coesão referencial, no processo de derivação sufixal.

Além disso, transformou a classe da base, conferindo-lhe outro estatuto sintático.

7. Ensino

Alguns livros didáticos que trabalham com o ensino de língua portuguesa seguem teorias e explicações proporcionadas pelas ditas gramáticas tradicionais. Há uma semelhança evidente no tratamento dos mesmos fenômenos, inclusive nos problemas apresentados, o que acaba por se tornar ainda mais problemático já que o intuito dos dois gêneros é diferente.

Enquanto compêndios gramaticais se preocupam com a pura descrição da língua, livros didáticos têm um compromisso com o ensino, e, tratando a língua da mesma forma que gramáticas a tratam, acabam por fazer com que o ensino seja problemático. A não contextualização dos fenômenos e exemplos dados torna o ensino distante do aluno, acaba retirando a intuição de falante dos alunos do estudo.

Posto isso, verificamos que não apresentar exemplos contextualizados torna a apreensão e o entendimento daquele fenômeno mais complicado, já que se isso acaba gerando um ensino flutuante e descolado da realidade do aluno. Por não apresentarem usos no texto, o aluno pode pensar que aquilo que está sendo passado é conhecimento inútil, que só precisa ser estudado naquele momento e que nunca mais será utilizado.

8. Considerações finais

Percebemos que é inegável a produtividade de diversos processos reconhecidos como marginais no português brasileiro atual. Em um contraponto, por justamente ainda serem considerados como marginais, esses processos acabam ou sendo esquecidos em sala de aula ou sendo tratados superficialmente. Desse modo, é inviabilizada a aplicação de diversas produções científicas na área; produções estas que dão conta de uma descrição detalhada de muitos desses fenômenos.

Um primeiro passo a ser dado é deixar de considerar processos marginais como não importantes ou de pouca relevância. Após isso, um trabalho minucioso de inserção das recentes descobertas na área, como Gonçalves (2013), no qual diferentes processos tratados como marginais são descritos, deve ser incluído no ensino, de forma que os processos

descritos nas produções sejam melhor ensinados em sala de aula e o estudante aumente seus recursos quanto a sua língua e o que ele pode fazer com ela.

Deveria ser praticado um exercício libertário e conscientizador, em que o estudante seria habilitado quanto aos diversos usos de sua língua, aprendendo funções das formações, além de tomar consciência de sua criatividade como falante e usuário da língua. Dessa forma, o aluno entende que, para além do descrito nas gramáticas, há diversas possibilidades de novas palavras serem formadas.

Num segundo momento, a conexão entre morfologia e texto deve ser estabelecida, relacionando diferentes processos de formação de palavra com estratégias de coesão textual. Além disso, é necessário conectar as muitas facetas morfológicas com as diversas exigências de gêneros textuais, como, por exemplo, a abordagem do uso de tempos verbais que são demandados em um gênero, porém não em outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, K. E. *Proposta de continuum composição-derivação para o português do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2000.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BELCHOR, A. P. V. *Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da teoria da otimalidade*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAMPEDELLI, S. Y.; SOUZA, J. B. *Português: literatura, produção de texto e gramática*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

GONÇALVES, C. A. V. Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro. *SIGNUM: Estudos Linguísticos – O português brasileiro – estudos sincrônicos e diacrônicos*. Londrina, vol. 15, n. 1, p. 169-199, jun. 2012.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2014